## -----ATA N.º 10/2019-----REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE 18 DE ABRIL DE 2019: ----------- No dia dezoito de abril do ano dois mil e dezanove, no Salão Nobre do edifício da Câmara Municipal de Mealhada, reuniu o Executivo Municipal, sob a presidência do Senhor Presidente da Câmara, Rui Manuel Leal Marqueiro. Estiveram presentes na reunião, o Senhor Vice-Presidente, Guilherme José Campos Duarte, o Senhor Vereador Hugo André Afonso Alves e Silva, as Senhoras Vereadoras, Arminda de Oliveira Martins e Sónia Cristina Branquinho de Almeida e os Senhores Vereadores Nuno Gonçalo Castela Canilho Gomes e Adérito de Almeida Duarte, em substituição da Senhora Vereadora Sara Isabel Marques Ferreira. ------------ Secretariou a reunião a Chefe da Divisão Administrativa e Jurídica, Cristina Maria Simões Olívia. ---------- Uma vez declarada aberta a reunião pelo Senhor Presidente da Câmara, pelas 16 horas, deu-se início ao PERÍODO DA ORDEM DO DIA: ------O Senhor Vereador Hugo Silva pediu a palavra para dizer que os Vereadores da Coligação "Juntos pelo Concelho da Mealhada" tinham sido surpreendidos pela demolição, ainda que parcial, da Fábrica das Devesas, na Pampilhosa. Salientou que gostariam de ter conhecimento e ser informados sobre o processo, tendo sido essa a razão pela qual solicitaram a convocação de uma reunião extraordinária. Referiu existir alguma informação e também desinformação, e opiniões divergentes, pelo que, frisou, a informação deveria ter sido dada no local próprio. Acrescentou que os surpreendeu a circunstância de não terem sido informados de uma situação verdadeiramente excecional. Mais referiu que eventualmente a decisão teria sido tomada na esfera da proteção civil municipal, e, a ser assim, tratava-se de uma decisão exclusiva do Presidente da Câmara. ------

O Senhor Presidente disse que a demolição parcial ocorreu por razões de

segurança das pessoas, para evitar uma derrocada. Explicou que, aquando da eletrificação dos comboios, que se iniciou há 57 anos, os postes das catenárias foram inseridas no próprio edifício da fábrica, o que nunca deveria ter acontecido. Salientou que uma eventual derrocada poderia projetar um poste e as pedras poderiam fazer descarrilar um comboio. Disse tratar-se de uma situação gravíssima, e que não havia outra solução senão aquela que foi adotada, ou seja, a demolição parcial da fachada. -----O Senhor Vereador Hugo Silva perguntou a razão de a demolição só ter ocorrido agora, visto que, tendo os Vereadores vindo a monitorizar a situação da fábrica desde que foi adquirida pela Câmara Municipal em 2011, já em ruínas, têm conhecimento de que a Câmara Municipal já realizou outras intervenções. -----O Senhor Presidente esclareceu que a tempestade Leslie tinha vindo agravar a situação existente, que já de si era crítica. Acrescentou nunca se ter comprometido com a realização de qualquer obra que não fosse a construção de um parque de estacionamento no local. Disse ter conhecimento que o anterior Presidente exerceu grande pressão sobre a Infraestruturas de Portugal para que melhorassem as condições da estação da Pampilhosa, dado as más condições de acessibilidade e outros problemas, e que essa intervenção nunca foi realizada. Referiu ainda ser absolutamente imprescindível que um qualquer cidadão que queira usar o comboio como meio de transporte possa estacionar o seu carro num parque de estacionamento criado para esse efeito. Frisou que, relativamente à fábrica, havia alguma coisa a fazer ao nível da Arqueologia Industrial, embora nunca tenha prometido a realização de qualquer obra que não fosse o parque de estacionamento. -----O Senhor Vereador Hugo Silva referiu haver um conjunto de pessoas que afirmam que, numa reunião pública descentralizada realizada em novembro ou dezembro de 2013, na Pampilhosa, o Senhor Presidente terá falado da musealização da Cerâmica das Devesas. O Senhor Presidente negou perentoriamente ter feito tal afirmação. -----

O Senhor Presidente referiu que, considerando a atual preocupação e manifestações no que toca à importância histórica da fábrica, não podia deixar de estranhar que nunca ninguém tivesse pensado em solicitar a declaração de interesse pública do imóvel. Salientou que no Plano Diretor Municipal que foi aprovado, não é feita qualquer referência ao edifício da fábrica. ------O Senhor Vereador Hugo Silva voltou a intervir para questionar de quem tinha sido a iniciativa da demolição, na medida em que a Senhora Presidente da Junta de Freguesia descreveu uma sucessão de alertas à Câmara Municipal, enquanto proprietária, sobre a situação. O Senhor Presidente respondeu que a iniciativa tinha sido sua, embora a Infraestruturas de Portugal tivesse sido ouvida na matéria. Salientou que a demolição se ficou a dever a questões de segurança e para prevenir um crime contra a segurança de pessoas e bens, tendo ainda referido que se vier a chegar à conclusão que persiste algum perigo não tem dúvidas que a sua opção será a de mandar demolir o que resta a fim de preservar a vida das pessoas. -----O Senhor Vereador Hugo Silva disse que num comunicado publicitado na página oficial do GEDEPA na internet, o Senhor Presidente era citado como tendo dito que a iniciativa da demolição tinha sido da Infraestruturas de Portugal. O Senhor Presidente retorquiu que o GEDEPA era livre de escrever o que bem entendesse... -----O Senhor Vereador Hugo Silva interveio mais uma vez, e referiu ter concluído das palavras do Senhor Presidente que a intervenção tinha sido feita na perspetiva de prevenir riscos. Perguntou qual tinha sido o protocolo seguido a fim de garantir a estabilização da fachada que persiste. O Senhor Presidente respondeu que o conselho técnico que solicitou e lhe foi dado, foi no sentido da demolição total. Referiu ainda que, o aproveitamento do espaço no âmbito da Arqueologia Industrial não depende necessariamente da existência da fachada, porque o que é realmente importante sob o ponto de vista histórico é a zona do forno, sendo esse o parecer de um perito na matéria. ----------------

O Senhor Vereador Hugo Silva perguntou quando tinha o Senhor Presidente tomado a decisão de demolição, tendo o mesmo respondido que a tinha tomado um dia antes. -----O Senhor Presidente usou da palavra para salientar que o programa preliminar da Zona Baixa da Pampilhosa se tinha iniciado com a construção do Mercado e que iria continuar, pois existia um projeto de execução contemplando várias intervenções. Disse que a revitalização da Zona Baixa da Pampilhosa e a recuperação do Chalet Suiço eram dois projetos essenciais que se comprometia a concretizar, referindo que ficaria muito frustrado se não o vier a conseguir. -----O Senhor Vereador Hugo Silva voltou a usar da palavra, tendo referido que em 2013 havia sido aprovada uma deliberação que tinha como objetivo a contenção das fachadas da fábrica. -----A Senhora Vereadora Arminda Martins interveio para esclarecer que o objetivo tinha sido o de retirar chapas que estavam em perigo de cair, mas que essa intervenção só foi feita em 2014 (por duas vezes) e também em 2016 e 2017 (duas vezes). Referiu ainda que aquando da ocorrência da tempestade Leslie foram retiradas do local várias chapas e que os serviços competentes se deslocam ao local periodicamente para fazer a avaliação da situação. O Senhor Vereador Hugo Silva disse que ainda havia trabalhos por realizar, pois havia chapas fixas que ainda não tinham sido removidas. -----Interveio a Senhora Vereadora Sónia Branquinho para perguntar porque razão a população não tinha sido informada da situação. Referiu que são feitos comunicados "por tudo e por nada" e numa situação em que se justificavam esclarecimentos, porque é que tal não tinha acontecido, nem seguer aos Vereadores. Disse que a indignava que tendo a Câmara Municipal adquirido um imóvel com a intenção de criar um núcleo museológico - o que o Senhor Presidente nega -, se intervenha desta forma sem qualquer informação ou justificação prévia. ------

O Senhor Presidente retorquiu que não existia nenhum elemento na Câmara Municipal que apontasse nesse sentido, nem um projeto, nem tão pouco um programa preliminar. Frisou que em todos os casos em que existia programa preliminar ou projetos foi assegurada a continuidade com a realização das obras, mas tal não aconteceu no caso em análise. Acrescentou que, por outro lado, também se torna necessária definir prioridades porque os recursos financeiros não são infinitos. -----O Senhor Vereador Adérito usou da palavra, tendo referido que se sentia incomodado pelo facto de o Senhor Presidente manifestar algum desdém pelos Vereadores da Oposição, como munícipe e como vereador. Questionou quais eram os planos para a fábrica e quais os timings. O Senhor Presidente respondeu que o primeiro plano seria a construção de um parque de estacionamento de apoio à estação se a Infraestruturas de Portugal fizesse a sua parte da intervenção necessária. Acrescentou que, na atualidade a musealização não constitui uma prioridade para a Pampilhosa e que considerando os recursos disponíveis não será expetável que permitam uma intervenção para aproveitamento da fábrica ao nível da Arqueologia Industrial. A Senhora Vereadora Sónia Branquinho interveio uma vez mais e perguntou se

sua parte da intervenção necessária. Acrescentou que, na atualidade a musealização não constitui uma prioridade para a Pampilhosa e que considerando os recursos disponíveis não será expetável que permitam uma intervenção para aproveitamento da fábrica ao nível da Arqueologia Industrial. A Senhora Vereadora Sónia Branquinho interveio uma vez mais e perguntou se as fachadas iriam ou não ser preservadas, tendo o Senhor Presidente respondido que iria fazer tudo o que estivesse ao seu alcance para garantir a preservação. A Senhora Vereadora Arminda interveio para salientar que a contenção de fachadas é um processo muito complexo. Acrescentou que já estava na Câmara Municipal quando a fábrica foi adquirida e que em momento algum foi deliberado que iria ser criado um núcleo museológico. Referiu que o anterior Presidente nunca tinha dito tal coisa, e que a aquisição que foi feita foi por uma questão de oportunidade. A Senhora Vereadora Arminda Martins disse ainda que os Senhores Vereadores da Oposição deviam ler o programa do PS, pois era esse programa que estava a ser posto em prática e não o da oposição.

O Senhor Vice-Presidente interveio, referindo ter ligações afetivas com o local e
que era óbvio que, conhecendo a história da fábrica em todas as suas
vertentes a sua vontade é de que possa ser garantida a preservação, sem
prejuízo de terceiros
O Senhor Presidente disse ter sido encomendado, em 2014, um estudo ao
Professor Avelãs Nunes, da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra,
sobre o interesse patrimonial e histórico da fábrica, tendo sido identificados de
interesse para preservação, o Bloco C e parte do Bloco D (fornos). A Senhora
Vereadora Sónia Branquinho perguntou se o estudo era público, tendo o Senhor
Presidente respondido negativamente
Usou da palavra o Senhor Vereador Nuno Canilho, tendo referido que o
Professor Avelãs Nunes é o maior especialista em arqueologia industrial do país,
e que a sua opinião foi no sentido de que tudo o mais deve ser desmantelado,
inclusivamente o Bloco B. A fachada, no entanto, por ter incrustado um baixo-
relevo e uma peça na cumeada, os serviços municipais entendem deverem ser
preservados e utilizados numa eventual construção que venha a ser feita nesse
espaço. Relativamente à intervenção da Senhora Vereadora Sónia Branquinho,
questionou porque razão não tinha telefonado a pedir informação sobre a
situação, o que teria sido mais fácil, do que criar um "alarido" totalmente
inusitado e não expetável. O Senhor Vereador Adérito Duarte retorquiu que
estava no seu local de trabalho quando começou a receber inúmeras
mensagens de uma série de pessoas a perguntar o que é que se estava a
passar, e que não foram os Vereadores da Coligação que instigaram ou
criaram qualquer "alarido"
E, não havendo mais assuntos a tratar foi pelo Senhor Presidente da Câmara
encerrada a reunião
Para constar se lavrou a presente ata, que vai ser assinada por mim,
, Cristina Maria Simões Olívia e pelo Senhor

Presidente da  $C\hat{a}$ mara, em conformidade com o disposto no n.º 2 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.